



No início deste ano, quando se aproximava o prazo final concedido para que as sociedades se adaptassem à nova legislação civil, foi editada a Lei nº 10.838/04, que prorrogou o referido prazo por mais um ano, ou seja, todas as sociedades possuem até 11 de janeiro de 2005 para realizar as adaptações pertinentes.

Contudo, no final do ano passado, muitas empresas, na “correria” para adaptarem-se à nova legislação, optaram por fazê-la sem prévia análise do ponto de vista tributário, ou seja, quais os impactos que tal alteração – quer para sociedade simples, quer para sociedade empresária – poderia causar na efetiva carga tributária suportada pela empresa. Ante a nova legislação civil, as sociedades, anteriormente, tidas como civis, nas quais se enquadravam as prestadoras de serviço de profissão devidamente regulamentada por lei – como os serviços médicos – podem hoje fazer a opção por: i. sociedade simples e ii. sociedade empresária, a depender da constatação de alguns requisitos no tocante à estrutura da sociedade.

Para que uma sociedade configure-se como empresária é necessário que ela exerça atividade econômica e organizada – tal situação somente se configurará mediante a constatação de fatores de produção: capital, mão de obra, insumos e tecnologia.

Neste compasso, as sociedades que possuem capital social, ativo imobilizado, estabelecimento e empregados

podem ser consideradas sociedades empresárias. O enquadramento como uma ou outra deve ser feito de acordo com declaração do próprio prestador do serviço, diante do órgão competente para registro do referido ato constitutivo – se sociedade simples, perante o Cartório de Registro Civil e se sociedades comerciais, perante a Junta Comercial.

Realizadas tais considerações destaque-se, de forma genérica, alertamos que o perfeito enquadramento às novas formas societárias depende da análise de cada caso. À míngua de questões suscitadas, vejamos, agora, suas implicações no campo da tributação.

Atualmente, muito tem se falado sobre a possibilidade de equiparação dos serviços prestados pelas clínicas médicas de ortopedia, traumatologia, complementação diagnóstica e terapêutica, a serviços hospitalares, para fins de apuração de renda tributável, aplicando-se o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta auferida.

Tal equiparação há muito vinha sendo questionada e perseguida pelos contribuintes e foi chancelada por entendimento da própria Secretaria da Receita Federal, mediante a publicação da Solução de Divergência nº 11, cuja matéria já fora abordada nas edições anteriores.

Posteriormente à publicação da SD nº 11 e com a finalidade de orientar os contribuintes, sanando dúvidas exis-

tentes acerca da equiparação do que seriam “serviços hospitalares”, a Secretaria da Receita Federal, ardilosamente, editou o Ato Declaratório Interpretativo nº 18, publicado no Diário Oficial da União no dia 24/10/2003, que deixou consignado:

Art. 1º Para fins do disposto no art. 15, §1º, III, “a” da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, considera-se serviços hospitalares os prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde constituídos por empresários ou sociedades empresárias. (...)

O referido Ato Declaratório Interpretativo deixou registrado que, além de tais serviços serem prestados por pessoas jurídicas dedicadas diretamente à atenção e assistência à saúde, com estrutura física condizente para a execução dos serviços de apoio ao diagnóstico e à terapia, também não poderão ser prestados exclusivamente pelos sócios da empresa, cuja análise também já fora anteriormente promovida.

A questão, agora, cinge-se quanto a forma de constituição dessas sociedades. De acordo com o Ato Declaratório, somente os estabelecimentos assistenciais de saúde constituídos por empresários ou sociedades empresárias é que teriam direito à redução do percentual para apuração da base de cálculo do imposto.

Para fins de esclarecimento, o Ato Declaratório que dispõe sobre os conceitos de “empresário” e “sociedades empresárias”, refere-se a empresário,